

Do horizonte conservador à democracia da diáspora virtual¹: modalizações e rupturas no jornalismo

José Luiz Aidar Prado ²

Beatriz Becker ³

Resumo: *Observa-se no ciberespaço a formação de lutas políticas globais sobre questões localizadas que podem ser compreendidas como uma expansão da democracia. Questiona-se neste trabalho o lugar simbólico do jornalismo como prática não somente dentro do campo das comunicações hegemônicas, mas como forma de conhecimento que possa atuar junto às ações contra-hegemônicas nas sociedades complexa na contemporaneidade. Referências ao conceito de território associado ao jornalismo e às lutas políticas na esfera pública são relevantes nessa reflexão crítica sobre as reconfigurações e a necessidade de reinvenção das práticas jornalísticas por meio dos processos colaborativos, capazes de reafirmar o jornalista como mediador social e não apenas como tecnólogo de discursos.*

Palavras-Chave: *Jornalismo. Democracia. Redes. Política. Filosofia política.*

1. Territorialização, democracia e informação

Os processos comunicativos na contemporaneidade e as rotinas produtivas do jornalismo têm se alterado intensamente nas últimas décadas, em que processos de radical desterritorialização atingiram as sociedades. Esses impulsos deslocalizadores são incorporados no jornalismo em narrativas que não são apenas relatos-de-fatos-ocorridos, mas ofertas de mapas cognitivos do novo mundo globalizado que alteraram historicamente a própria concepção do fazer jornalístico e o seu caráter político, estabelecido em suas relações com a democracia. Nesse texto, questiona-se o "lugar" do jornalismo e busca-se compreender o seu valor nas sociedades complexas da contemporaneidade, discutindo possibilidades de rupturas nos atuais processos de construção dessas narrativas. Postularemos o lugar simbólico

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Estudos de Jornalismo", do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² José Luiz Aidar Prado, PUC-SP

³ Beatriz Becker, ECO-UFRJ

do jornalismo como prática não somente dentro do campo das comunicações hegemônicas, mas como forma de conhecimento que possa atuar junto às ações contra-hegemônicas.

O desenvolvimento dos meios provocou uma disjunção entre o espaço e o tempo e criou uma compreensão da(s) realidade(s) modeladas pelos discursos midiáticos (THOMPSON, 1995, p.36-41) que tornam cada vez mais difusas as percepções das fronteiras entre os territórios, físicos ou simbólicos, entre os mundos off-line e virtual. A vida social se caracteriza por processos de reorganização do tempo e do espaço, em que os discursos midiáticos têm expressiva influência na percepção de acontecimentos distantes ou próximos e sobre as identidades pessoais e coletivas. Nos relatos jornalísticos, o espaço e o tempo são estruturadores das enunciações e por meio de seus conteúdos é possível pensar em um tempo comum da experiência social (Franciscato, 2005, p.224). O aqui e o agora naturalizados impõem uma ordem e configuram enquadramentos sobre fatos sociais transformados em acontecimentos interpretáveis. As notícias reproduzem as estruturas interpretativas das instituições, pelo controle que exercem sobre o tempo, o espaço e as agendas temáticas (Tuchman, *apud* Ponte, p.152). Por essas razões, referências ao conceito de território associado ao jornalismo e às lutas políticas na esfera pública são relevantes para o fortalecimento da democracia.

Segundo Raffestin (1993) o território é o resultado de uma ação conduzida por atores sociais diversos ao se apropriarem, concreta ou abstratamente, de um espaço. Segundo o autor o domínio da comunicação é essencial para se dominar o território (*idem*, p. 143, p.200) e para garantir a vitalidade da esfera pública. Com base no pensamento de Habermas (2003, p.283-284), muitos pensaram o jornalismo como uma esfera pública democrática que permitiria aos homens participar, se reunindo em público num espaço midiático supostamente aberto para discutir a sociedade, buscar representação e apreender maneiras de exercer sua cidadania. A época moderna, ao negar a natureza política à esfera pública, criou uma sociedade despolitizada, marcada pela atomização, competição e a compressão dos homens em massa como produtores e consumidores, o que significa a privação de um mundo compartilhado de significados e a prevalência dos interesses privados na arena pública. A desprivatização dos interesses só é possível quando eles ganham sentido em meio à intersubjetividade humana, quando as pessoas são capazes de se comunicar umas com as outras e estabelecer acordos, o que depende de uma forma de sociabilidade específica regida pela pluralidade humana e pela diversidade de interpretações, que permitem o entendimento

público. O alcance de um certo consenso na esfera pública, ao qual se refere Arendt (2004), resulta de uma ação humana solidária em que a identidade individual e dos grupos é assegurada, um ambiente que possibilitaria aos indivíduos compartilharem suas perspectivas. O resgate da esfera pública implicaria, portanto, a construção de um território de livre manifestação de idéias, onde as pessoas se encontram, são vistas e ouvidas, ou seja, um território que não se remete a um domínio privado, mas público, onde a comunicação e a argumentação passam a se constituir como meios de mudança social, possibilitando o reconhecimento da existência dos outros. Essa visão é interessante para se pensar uma possível democracia no âmbito das redes, embora parta de uma confiança num lugar transcendental em que o *telos* da linguagem é o entendimento e, por isso, deva ser criticada e construída ao modo da imanência.

A partir da noção arendtiana de política, que propõe uma compreensão do poder como consenso e está intimamente relacionada com o seu conceito de esfera pública – fonte de poder que legitima a realidade do sistema político, daí ser uma esfera da decisão, um espaço onde os participantes resgatam a ação política, procuram construir algo que também contemple as futuras gerações e buscam garantir a pluralidade –, sugerimos que as novas mídias e a internet, de certo modo, podem se constituir, mesmo que não em seu todo, em territórios contra-hegemônicos geradores de opiniões e entendimentos transformados em poder comunicativo, capaz de possibilitar discussão sobre as instituições e os atos do governo.

Nos séculos XIX e XX, com o crescimento da mídia de massa, nos encontrávamos na era do *broadcasting*. Era possível consumir informações em espaços privados ou semi-públicos, mas era difícil produzir conteúdos e impossível divulgá-los fora desses espaços hegemônicos. No final do século XX, com a emergência das “novas” mídias, os sistemas tradicionais de comunicação passaram a conviver com novas formas mediadas pelas tecnologias digitais. Hoje, a rápida proliferação das redes e da digitalização, associada à globalização, intervém na autoridade do estado, na participação democrática e também nas práticas jornalísticas. A digitalização permitiu a ascensão de uma escala subnacional (a cidade global) e de uma escala supranacional (os mercados globais). Observa-se no ciberespaço a formação de lutas políticas globais sobre questões localizadas que podem ser observadas como uma expansão da democracia para além das fronteiras do Estado, e que podem ser denominadas como versões não cosmopolitas da política global (Sassen, 2006, p.328-329), que também estão se

transformando, porém, com uma imbricação entre a lei e o território diversa do mercado global. A chave do meio digital é o acesso público à Internet, por indivíduos e organizações sem recursos financeiros expressivos (Sassen, 2006, p.338). Esses atores sociais têm estabelecido outras formas de ação política, um ativismo centrado em múltiplas localidades conectadas digitalmente em escala mais ampla que a local, quase atingindo uma escala global (idem, ibidem), que trabalham, estabelecem troca de informações e executam trabalhos políticos. Não ganham dinheiro, mas sim o sugestivo poder das redes globais e a subjetividade política que essas redes podem promover. Como explica Sassen (2006, p.340) esses atores sociais são membros de dispersas diásporas globais conectados por grupos de interesse, que têm o potencial de intervir em arenas antes exclusivas dos estados nacionais. Por isso, o Estado não é mais o único ator na lei e nas relações internacionais (340). Esses atores sociais deixam de ser invisíveis e ganham visibilidade como membros agregados e como coletividades. É claro que os grupos que utilizam as ferramentas digitais de combate têm um longo enfrentamento pela frente, até porque suas enunciações no território virtual também estão vinculadas às relações estabelecidas no contexto socio-cultural e político onde estão inseridos fora do espaço eletrônico (FRAGOSO, 2008, p.112). Assim, nas redes seria possível pensar a criação de um dissenso contra as práticas hegemônicas do subsistema econômico-político, bem como o comunicativo, a partir de um consenso de interesses contra-hegemônicos. A atuação de um jornalismo contra-hegemônico poderia ser aí pensada.

As tecnologias e redes móveis têm, efetivamente, criado novas formas de mobilidade informacional. Porém, se os territórios informacionais indicam novas dimensões da territorialidade, novas relações de poder e novas práticas sociais de mobilidade na sociedade contemporânea, implicam, ao mesmo tempo, em decomposição e criação de novas formas de controle e mobilidade, redefinindo espaços e modos de reafirmar as comunidades reais, assim como produções autônomas e colaborativas de conteúdos, inclusive de textos jornalísticos. Estamos apenas começando a experimentar esse processo e somente uma visão política poderá consolidar essas perspectivas (LEMOS, 2008, p.97,p.104). Segundo Franco⁴ há uma relação intrínseca entre a forma (social) de conexão e o modo (político) de regulação de conflitos e a democratização está co-implicada no aumento da distribuição das redes sociais, o que significa enfocar e valorizar o cidadão desorganizado e conectado que compõe o

⁴ http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=260_0_2_0_C

imenso contingente da sociedade civil. O ativismo participativo em rede pode se tornar uma nova forma de prática democrática multacentralizada. Articular programas mais amplos de reforma da política que conectem milhares de cidadãos em defesa da democracia e de promoção do desenvolvimento pode criar comportamentos mais éticos, mais democráticos e mais comprometidos com o desenvolvimento humano e social na reinvenção da esfera pública e das relações entre mídia e sociedade e, quem sabe, um jornalismo de maior qualidade e mais participativo.

2. Do tecnólogo ao mediador

O jornalismo é um campo complexo em que jornalistas são tecnólogos de discursos, produtores de textos carregados de mapas cognitivos e estésicos em que não somente a informação é ofertada, mas também modos de vida, carregados com valores de sucesso, riqueza e visibilidade. O modo de produção cinematográfico visa à existência pela visibilidade (Beller, 2006). Se considerarmos essa mudança de perspectiva em relação às atuações do jornalista em épocas anteriores do capitalismo, é preciso resituar o ponto de vista teórico a partir do qual pensamos a atividade não apenas profissional, mas também de pesquisa em jornalismo. Sem tal formulação qualquer teoria do jornalismo hoje corre o risco de anacronismo. Quando analisamos as capas e textos de uma revista semanal, mas também quando examinamos os vários cadernos de um jornal diário ou os programas televisuais em que a atividade jornalística é ativa, nota-se como outras referências narrativas, para além da pura confecção cognitiva de notícia e de reportagem carregada de facticidade constituem os discursos. O engate com o enunciatário não se faz somente pelo aspecto cognitivo-informacional ligado a estados de coisas ocorridos no mundo, mas também pelo envolvimento corporal com esses mapas modalizadores que ensinam como proceder no mundo do consumo pós-moderno, em que a inserção em um segmento social se faz pelo saber-fazer, pelo saber-portar-se e pelo estilo, o que gera um imaginário de consumo em que se anuncia o sucesso individual, a riqueza, a ascensão para o pódio dos vencedores, lugar longínquo do rés-do-chão, dos sem-parcela, dos sem-parte na partilha do sensível.

Nesses mapas carregados de receitas da boa vida, regada a sucesso e prazer, jamais desvinculados do consumo de objetos, sempre ligados a ações e experiências, mapas tais modalizados pelos tecnólogos de discursos, o que se mostra é essa partilha do sensível, em que os enunciadores indicam os caminhos das vantagens que cada um pode obter dentro da

oferta capitalista, para se distanciar do Outro, o pobre, o sem-lugar, sem-emprego, aquele que não merece visibilidade no mundo dos Mesmos. Aqui o mundo resulta dividido entre as parcelas dos que contam e dos que não contam sob a hierarquia social, pouco justa e/ou equilibrada (Rancière, 1996, p.20).

Nos *media* de modo geral a política é um contrato entre quem troca bens ou serviços, apresentado sob a forma dos mapas modalizadores, fazendo com que qualquer sentido de igualdade seja o mesmo do que ordena a troca de mercadorias porque “para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam” (idem, p.21). Essa igualdade é a que rompe a distribuição hegemônica das parcelas na partilha liberal do sensível. Segundo Rancière (idem,22), há três títulos de comunidade – a riqueza dos poucos, a virtude que nomeia os melhores, e a liberdade que pertence ao povo, e cada um, concebido isoladamente, tem um regime particular. Mas para o autor há um desequilíbrio secreto a perturbar essa combinação, que se encontra ao tratar da liberdade trazida pelas pessoas do povo à comunidade. O nome da *massa sem qualidades*, que tanto causou medo na modernidade às classes médias e aos intelectuais, resulta identificado com o nome da própria comunidade. Aí localiza Rancière o nó fundamental, o *tort* original da política e da democracia, nó torto que impede a dedução do útil para o justo: “o povo apropria-se da qualidade comum como sua qualidade própria. O que ele traz à comunidade é, propriamente, o litígio” (idem,24). O povo é o Outro. Essa massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do torto. Os sem-parcela são o nada que é tudo e é aí que está a fundação da comunidade política.

Os *media* brasileiros em geral, ao conduzir o leitor a tomar a sua parte na partilha da comunidade, contra os demais partidos, lutando individualmente, em geral sem que regimes coletivos e contra-hegemônicos sejam considerados válidos, assume um papel na lógica de sistema, apropriando-se das energias vitais do *Lebenswelt*. Contra essa postura liberal e hegemônica, inúmeras redes sociais têm se constituído como uma via de mudança nos termos da contagem das parcelas do social. Nesse horizonte, a voz do povo só tem lugar para decidir quem sai da próxima etapa do BBB, ou para engatar uma interatividade medida e reduzida em que o programa narrativo ainda é construído pelo enunciador. É preciso, contra essa dominância, pensar os *media* contra - hegemônicos e as redes que apoiam esses movimentos,

em que o jornalista reafirma-se como mediador social e não apenas como tecnólogo de discursos.

3. Jornalismo: uma mediação em mutação

A diversidade de programas e conteúdos destinados a audiências distintas, bem como a descentralização dos meios são essenciais para o fortalecimento da democracia e para a qualidade das informações jornalísticas. É preciso, apesar da cada vez maior monopolização da imprensa dentro dos conglomerados comunicativos e de entretenimento, pensá-la como espaço de luta, de recusa da primazia do econômico sobre o social, valorizando-a como um dos principais instrumentos da oposição e da resistência política em qualquer época (Ramonet, *apud* Benedeti, 2009, p.51; Schudson, 1998, p.30; Motta, 2002, p.13). A imprensa é uma instituição historicamente vinculada à vigilância pública pelo poder em exercício para a manutenção da ordem instituída, mas também é um instrumento do exercício da democracia, que se reinventa em diferentes períodos históricos porque os sentidos das notícias intervêm na vida, nos pensamentos, e na cultura de todos os cidadãos. Porém, quantos órgãos de imprensa conseguem sobreviver só do que ganham com redimentos publicitários, sem aceitar interferência por parte do governo, de anunciantes ou de grandes grupos econômicos em suas decisões editoriais? Talvez, nunca tenha sido tão essencial repensar o jornalismo como forma de conhecimento na contemporaneidade, investigando seu valor tanto como um instrumento de promoção de rupturas quanto de modalização de percepções de realidades distintas. Sugerimos que os processos colaborativos de construção da notícia na web podem se constituir como formas não hegemônicas e independente de produção, gestão e circulação da informação que devem ser investigados. Embora não garantam um jornalismo de maior qualidade, promovem uma reconfiguração da prática jornalística e de sua mediação

As sociedades são em 2010 culturalizadas, ou seja, o capitalismo é movido hoje a linguagens: o mundo da vida tornou-se combustível para a lógica de sistema. Isto ocorre se olharmos do ponto de vista do painel sistêmico, ou como diria Habermas (1981), sob a ótica da racionalidade com relação a fins. Se, porém, a perspectiva for a do mundo fenomenológico da vida, é possível ainda vislumbrar uma cultura das bordas em que saberes de *background* ainda constroem valores não subsumidos à lógica sistêmica, algo como culturas de resistência. Em Gorz (2005) esse capitalismo em que tudo se tornou cultura, signo, é

chamado de cognitivo, pois depende de uma circulação de saberes, construídos como tecnologias discursivas, em que o produto não é mais somente um objeto material que visa um uso específico, mas um signo, uma marca carregada de materialidade, que circula em um campo imaterial, em que os actantes buscam identificações que atravessam o sensível do corpo. A força produtiva principal nessa sociedade é o conhecimento, a ciência, a produção de saberes e de inteligência, mas a convocação não se dá somente pela mente, pela inteligência, mas também pelo nível estésico, dos sentidos que bolinam o corpo. A superprodução semiótica (Durão, 2008) cria regimes de visibilidade em que os leitores- telespectadores- usuários apreendem uma posição de engate aos mundos imaginários do consumo, em que as identificações se produzem. Nesse mundo não há propriamente sujeitos, mas posições de sujeito, que respondem a discursos concretos, podendo uma pessoa assumir diversas posições de sujeito. O sistema convoca sem cessar a esse engate, que não é somente cognitivo, mas sensível, em que a partir dele o enunciatário se vincula a comunidades de pertença, por meio de redes, em que são partilhados gostos, estilos e modos de vida. Nessa perspectiva o jornalismo atual não é mais somente informativo, mas atividade de produção de textos para essa sociedade imaterial, em que a cultura e a notícia são mercadorias. Tais textos têm um componente cognitivo-informativo, mas também um componente lúdico, de entretenimento. O texto jornalístico é, nessa situação de supercapitalismo culturalizado, constituído por um conjunto sincrético em que categorias do plano do conteúdo têm forte correspondência com categorias do plano de expressão. Assim sendo, o jornalista atua como tecnólogo de discursos, no sentido de Fairclough (2001), como produtor de textos audiovervisuais que convocam para esses imaginários de consumo.

Hoje, como a imprensa pode contribuir para a democracia? O que o jornalismo se propõe a ser hoje, em que é diferente de outras formas de comunicação? A falta de clareza para dar respostas a tais questões está enfraquecendo o jornalismo nas sociedades democráticas. Se não for possível resgatar uma imprensa independente, o jornalismo corre o risco de desaparecer, pelo menos como uma instituição livre para monitorar outras forças e instituições poderosas em nossas sociedades. Para Kovach e Rosenstiel (2001, p.48-54) uma das perguntas mais profundas para uma sociedade democrática deste século é se uma imprensa independente pode sobreviver. Segundo os autores, a resposta vai depender do que os jornalistas têm como clareza e convicção, o que caracteriza hoje a independência da imprensa e com o que os cidadãos realmente se importam. Porém, de que modo?

Ainda que o jornalismo expresse e atenda a interesses hegemônicos, possui características próprias como forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica, o mero nível de funcionalidade no sistema capitalista (GENRO FILHO, 1987, p.20, p.67-68). Revela aspectos da realidade social cotidiana que não são alcançados por formas de conhecimento mais prestigiadas em nossa cultura. Os discursos jornalísticos, no entanto, sempre são condicionados pelo modo particular como os jornalistas, dentro do quadro empresarial em que trabalham, vêem o mundo, a rotina produtiva e os objetivos das organizações onde trabalham, as condições técnicas e econômicas para a realização de suas tarefas e os conflitos de interesses que estão implicados na circulação social da informação (Meditsch, 1997, p.10). Um dos principais problemas do jornalismo como forma de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. No entanto, nenhum modo de conhecimento disponível está imune a isto. A busca da separação entre o relato e o comentário originária do realismo sustenta uma escrita mais associada à apuração e à descrição dos fatos do que à interpretação dos mesmos, em que a aparente objetividade da notícia informa com suficiência o leitor, definindo o inquérito mínimo da informação sobre o acontecimento condensado no *lead* - quem, o que, onde, quando- (Ponte, 2005, p.44-55). Não existe um jornalismo que seja absolutamente neutro porque todo discurso implica em um posicionamento ético e ideológico. Mas, “no conhecimento do mundo produzido pelo jornalismo, talvez possamos encontrar pistas que nos ajudem a entender a crescente irracionalidade da civilização racional e científica. E, dando atenção a esta irracionalidade, quem sabe poderemos nos reaproximar dos sentimentos do público, e com isso, reencontrar os seus interesses” (Meditsch, *apud* Ponte, 2005, p.106), até porque, hoje, a própria definição de notícia também é problemática. Há diferentes e complementares teorias das notícias (Alsina 2009, p.14-15; Vizeu, 2005, p.13) e ainda não podemos apontar a existência de uma teoria constituída por referências relevantes e suficientes que nos permita compreender a complexidade da atual reconfiguração da mediação jornalística em relação às fontes e aos fatos, por meio de usos e apropriações das tecnologias digitais. A agenda da mídia promove a atenção e o interesse público sobre alguns temas e valores em detrimento de outros, mas a imprensa não deixa de ser um instrumento estratégico para informar à sociedade sobre fatos relevantes. Nos estudos de agenda – *setting*, os critérios de noticiabilidade constituídos por valores-notícias, assim como a identificação da diversidade de tipificações de acontecimentos que estão envolvidos na cobertura jornalística, ganharam projeção expressiva nas

investigações realizadas nos últimos 30 anos (TRAQUINA, 2003, p.13-47). Entretanto, Herreros (2003, p.180) afirma que é necessário realizar uma releitura dos critérios de noticiabilidade criados em época de demandas sociais e contextos históricos diferenciados, os quais precisam estar sintonizados com a contemporaneidade.

É preciso considerar o jornalismo deve servir à democracia e ao exercício da cidadania. A prática jornalística, porém, não pode ser vista sem contradições em relação a um papel idealizado de formador do cidadão, principalmente se considerarmos as fusões das indústrias de informação com as de entretenimento. O jornalismo hegemônico é conservador, mas é espaço possível de mostrar as práticas invisíveis de poderes que buscam fazer invisíveis os movimentos contra-hegemônicos. Não é por acaso que as sociedades que querem extinguir a liberdade, tentam primeiro suprimir a imprensa, e não o capitalismo. Quanto mais democrática uma sociedade, mais informações e notícias existem, mesmo que na vigência de certos regimes de visibilidades que impedem as práticas do Outro resultarem visíveis e válidas (cf PRADO, 2008, 2008a e 2009).

Além da necessidade apontada por Herreros de revisão dos critérios de noticiabilidade, e de um maior empenho na apuração, na diversidade temática e na pluralidade de abordagens e interpretações dos fatos sociais, talvez, o seu maior desafio seja agora estimular a conversação entre as próprias pessoas, experimentando formas inovadoras de relacionamento com as fontes e os leitores-telespectadores-usuários, superando a homogeneidade dos discursos e privilegiando o reconhecimento das diferenças. É claro que há ingenuidade em dizer isso do jornalismo hegemônico porque muitos jornalistas trabalham em programas interativos cujo único objetivo é divertir pela adesão ao entretenimento. Porém, talvez não seja tão ingênuo esperar que parte do jornalismo trabalhe a favor das redes sociais e na produção colaborativa de notícias, ou seja, participando de processos contra-hegemônicos que reinventam o jornalismo e se materializam em várias formas como um modelo alternativo à mídia massiva hierarquizada e centralizada.

4. Produção colaborativa com reinvenção da prática jornalística

Experimentamos a convivência de uma era da informação com uma era da comunicação ou do conhecimento, bem como a existência de um modelo de gestão de informação centralizado, verticalizado e hierarquizado, paralelo ao surgimento de uma comunicação distribuída, transversal, e dialógica; uma produção de textos culturais de

muitos para muitos, e não de poucos para muitos, de uma mídia massiva para uma mídia distribuída marcada pela possibilidade de exercício da cidadania em grande escala (Dyer-Witterford, 1999). Os novos modos de construção da notícia e os diferentes atores sociais envolvidos podem promover autonomia e liberdade aos usuários (Träsel, 2006: 3; Vizeu, 2008: 7). A princípio, todas as pessoas, não só aquelas selecionadas por uma autoridade editorial oficial, teriam acesso para publicar e transmitir informações (Miel & Faris, 2008, p. 5). A produção e a circulação de notícias desvinculadas de grandes empresas de comunicação e da imprensa oficial, praticadas até mesmo por pessoas sem formação em jornalismo, tem um sentido político, sendo com frequência um instrumento de resistência e ativismo (Trasel, 2008, p. 4). Esse ativismo político tem manifestações práticas, pois a influência da mídia participativa no panorama informativo está condicionada por sua habilidade de mobilizar a opinião pública. Sem dúvida, a intervenção da população na apuração, seleção e divulgação de informações promove alguma ruptura na hegemonia do jornalismo como gestor das notícias, o que não significa um esvaziamento do jornalismo como prática social, mas a possibilidade de sua reinvenção numa cultura da colaboração em rede em formação. Os maiores desafios das redes colaborativas de jornalismo são a credibilidade das notícias, a sustentabilidade dessas experiências que ainda não dispõem de um modelo de negócio definido, e a qualidade da informação jornalística – a apuração, a verificação de pautas, fontes e dados, a inventividade estética e de conteúdo, a pluralidade de interpretações e a diversidade temática (Becker, 2009). É claro que olhares diferentes resultam em ângulos diferentes de representações das realidades, menos desiguais, mais democráticos. O jornalismo participativo, porém, ainda é muito dependente das grandes organizações de mídia e das ofertas de participação sugeridas pelos grandes monopólios da comunicação. Se o jornalismo é um dos campos que tem mais aproveitado as vantagens da Web 2.0 e da cultura de publicação de conteúdo, também tem sido forçado a revisar seus conceitos, suas relações com as fontes e os fatos, seus processos de formação frente à emergência do cidadão-repórter, suas pesquisas sobre o campo, experimentando uma reconfiguração nas relações de poder inerentes ao exercício de sua mediação social e cultural, e até mesmo redefinições do conceito de notícia, até porque fotos de um incêndio, de um massacre ou de um fenômeno ambiental agregam valor de consumo imediato, mas nem sempre de conhecimento. Informações transmitidas pelas redes ainda carecem de atributos interpretativos, de tratamentos diferenciados dos fatos sociais, que tendem a valorizar mais a notícia como

mercadoria do que como forma de conhecimento de realidades sociais. O investimento em novos formatos de notícias, explorando a multimídia, a interatividade, e a hipertextualidade, e reportagens e informações mais contextualizadas e engajadas, poderiam contribuir para contar melhor histórias do cotidiano e complexidades de uma sociedade crescentemente plural e diversa (Deuze, *apud* Franciscato, 2005, p.218; Pavlick, *apud* Franciscato, 2005, p.220). Do horizonte conservador à democracia da diáspora virtual, as modalidades e as rupturas no jornalismo dependem também da nossa capacidade de identificar movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos no território virtual, pois os poderes das sociedades contemporâneas são redesenhados nos espaços por meio de fluxos contínuos de informação que podem incrementar a democracia.

As notícias constroem espaços de experiências, territórios domésticos, locais e globais (Silverstone, *apud* Ponte, 2005, p.134) relativamente previsíveis. Porém, o que acontece de forma institucionalizada não promove tanta atratividade quanto o inesperado, que rompe o fluxo contínuo de informações, e não é passível de controle, impondo rupturas. Atores sociais e temáticas diversas podem oferecer outros formatos e conteúdos às notícias. Diferentes rotas de leitura do Brasil e do mundo podem ser constituídas nos mapas locais e globais que nascem nas produções colaborativas. Afinal, o aproveitamento do aparato técnico também pode gerar transformações estéticas, políticas e culturais que sejam contra-hegemônicas. Os estudos de jornalismo devem se politizar, identificando o surgimento de movimentos que rompam com a produção de notícias prioritariamente ligadas ao consumo, criando conhecimento específico sobre a sociabilização de informações na atualidade.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Editora Schwartz, São Paulo, 2004
- BECKER, Beatriz. **Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção**, Florianópolis, Estudos em Jornalismo e Mídia, Ano VI, n. 2, pp. 95 - 111 jul./dez. 2009
- BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística – do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BELLER, J. **The cinematic mode of production**. Lebanon, NH, 2006.
- BOWMAN, Shayne & WILLIS, Chris. **Nosotros, el medio – Cómo las audiencias están modelando el futuro de la noticias y la información**. Tradução de Guillermo Franco M. The Media Center at The American Press Institute. Colômbia: Casa Editorial El Tiempo, 2003.
- DURÃO, F. A Da superprodução semiótica: caracterização e implicações estéticas. In: Durão, F. et alii. **A indústria cultural hoje**. SP, Boitempo, 2008.
- DYER-WITTERFORD. **Cyber-Marx, cycles and circuits of struggle in high technology capitalism**. University of Illinois Press, 1999.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do Presente**. Aracaju, Editora UFS, 2005.
- FRAGOSO, Suely. **Conectibilidade e geografia em sites de rede social**. *Galáxia*, n.16, PUC-SP-EDUC, 2008
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 pp.
- GORZ, A. **O imaterial**. Sp, Annablume, 2005.
- HERREROS, Mariano Cebrián. **Información Televisiva**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madri, Taurus, 1981.
- LAZZARATO, L. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- KOVACH, Bill; TOM, Rosenstiel. **The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and The Public Should Expect**, New York, Crown Publishers, 2001
- LEMONS, André. **Mobile communication and new sens of places**. *Galáxia*, n.16, PUC-SP-EDUC, 2008
- MEDISTSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento? UFSC: 1997** - Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>
- MIEL, Persephone; FARIS, Robert. **News and information as digital media come of age**. Berkman Center for Internet and Society at Harvard University. Cambridge, 2008
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis, Insular, 2005.
- PRADO, J. L. A. . **Experiência e receituário performativo na mídia impressa**. In **INTexto** (UFRGS. Online), v. 1, p. 1-15, 2009.
- _____. (Org.) . **A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal**. 1. ed. São Paulo: Autor/PUC-SP, 2008.
- _____. **Programas cognitivos e passionalização do consumo nos media e na publicidade**. In: **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo), v. 5, p. 87-101, 2008a.
- RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. SP, 34, 1996.
- SASSEN, Saskia, **Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages**. Princeton University Press 2006.
- SCHUDSON, Michael. **Creating Public Knowledge**. In DENNIS, Everette E. & SNYDER, Robert W. **Media & Democracy**. New Brunswick (EUA) e Londres: Transaction Publishers, 1998, pp. 29-34.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no séc. XX**. São Leopoldo/RS: Unisinos, - Impressos Portão, 2003.
- Träsel, Marcelo. **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias**. UNIREvista, Vol. 1, N. 3, Julho 2006
- _____. **Uma obra que cultua a polêmica desinformada**, Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 36, agosto de 2008, quadrimestral
- VIZEU, Alfredo (org). **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.
- _____. **Jornalismo Colaborativo: a experiência das redes**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2 – 6 setembro 2008.